

INTEGRA

# Lei deve melhorar situação dos idosos, diz FH

É a seguinte a íntegra do discurso proferido pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de regulamentação da lei que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso:

Senhor vice-presidente da República, dr. Marco Maciel, Senhor ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, dr. Reinhold Stephanes,

Senhores ministros de Estado que me dão a honra da companhia aqui, Senhores parlamentares que estão aqui,

Senhores (...), diretor da (...) Mundial de Saúde, aqui presente,

Senhora secretária nacional de Assistência Social, dra. Lúcia Vânia, Senhora Ana Maria Peliano, que é da Secretaria da Comunidade Solidária,

Senhor Ademar Ferreira da Silva, Senhora Oscarina Machado Santos,

Senhoras e senhores.

Alguém poderá arguir, hoje, que eu estou assinando um ato em meu próprio benefício. De todo o ministério, aqui presente, pelo menos, o único idoso sou eu. Mas eu estou firme como idoso, como todos os idosos hoje devem ser. Confiantes de que, na verdade, o que nós precisamos é de dispor de maiores condições de uma vida ativa.

E as palavras do ministro Stephanes foram muito diretas em mostrar qual é a situação com a qual nós nos defrontamos.

É que nós, daqui a muito pouco tempo, lá pelo ano 2025, teremos 32 milhões de idosos, ou seja, 15% da

população, considerando-se as previsões dos demógrafos. E isso não é só o Brasil. Dentro de pouco tempo, de uns 24, 25 anos, o mundo terá um bilhão de idosos.

Nós fomos educados aqui — como disse o ministro — com a idéia oposta, de que o Brasil era um país de jovens. E tínhamos que fazer escolas, tínhamos que cuidar da formação dos jovens. É verdade. Temos que continuar, nem tanto construindo escolas, mas melhorando o nível dos professores, dos salários e tal, porque nós construímos já, quase o suficiente para as crianças em idade escolar.

Mas, nos descuidamos, talvez, dos mais idosos, da terceira idade e, do ato de que a expectativa de vida aumentando, o gasto público também tem que se direcionar de outra forma, de outra maneira. Nós não podemos manter uma atitude tradicional em distribuir recursos só para os mais jovens, esquecendo-nos das atividades dos mais idosos.

Ora, é disso que se trata, não apenas em termos de distribuição de recursos, mas, mais do que de recursos em termos de dinheiro, de atividades e de uma política que norteie o que se fazer com a questão dessa enorme população de idosos, e tratá-la de forma adequada.

Gostei de ver que Dona Oscarina ganhou aí uns prêmios como nadadora. Eu, noutro dia — disse brincando — recebi lá, no Palácio da Alvorada, os nossos atletas — como o nosso Ademar é um orgulho do Brasil —, uma série de atletas que vão agora participar das Olimpíadas.

Eles viram uma piscina enorme que tem lá na Alvorada, com uma raia. Eu disse: "Olhem, não se preocupem, eu estou me preparando para disputar a Olimpíada dos idosos também com o Roberto Marinho."

Eu acho muito importante mesmo que as pessoas tenham essa disposição de continuar na briga, porque o fato do tempo passar não significa que o ânimo desapareça. Pelo contrário, eu acho que também a própria noção do que é ser idoso mudou. Não se trata mais aqui de uma política para cuidar de pessoas que estão como móveis antigos na casa. Nada disso. Tratar de política, fazer com que as pessoas continuem numa vida frutífera, que deem o melhor de si para a sociedade, para a família, para o serviço público para o que seja. Eu acho que é esse o espírito com o qual nós estamos trabalhando. E essa Lei 8.842 é adequada.

Muitas vezes, se discute no Brasil se nós não fazemos leis que projetam aquilo que nós não podemos alcançar. Eu fui membro — como alguns de nós aqui, o vice-presidente também foi — da Assembléia Nacional Constituinte. O ministro Stephanes também foi. Pois bem, naquela ocasião, isso era um tormento. Deve-se colocar na Constituição um princípio, um valor que se sabe que não se vai atingir agora ou não? Ou isso passa a ser retórico? Em geral, nós optamos por colocar na Constituição. Por que? Porque a lei não significa simplesmente alguma coisa que, neste momento, se pode fazer na sua plenitude, mas é

uma aspiração, é um caminho, é um rumo.

Certamente, daqui a algum tempo, vão criticar-nos, porque nós não estamos fazendo o que a lei mandou. Mas ao se criticar isso, se está também obrigando a fazer o que a lei mandou, quer dizer, cria-se um incentivo na direção de uma modificação que seja uma modificação positiva para o país.

Pois bem, eu acho que, na verdade, o que nós estamos fazendo, aqui, é definir essas diretrizes. Essa lei dá o marco institucional e, agora, estamos nós as diretrizes em termos da regulamentação. O que é importante é o processo de se chegar a esse objetivo, que já foi assinalado pelos que me precederam esta manhã aqui.

Qual é o processo? Só há um possível no mundo moderno, é debatendo, é chamando a sociedade a participar. Nós que estamos aqui, exercendo funções públicas, temos autoridade de Estado hoje. Nós, de certa forma, quase simbolizamos o que a sociedade deseja.

Uma lei ou um decreto desse tipo, não é uma discussão que tenha sido feita aqui, fechada, no Palácio do Planalto ou numa interação com o ministro da Previdência, com a Secretaria de Assistência Social, com quem seja, porque isso não tem força. Para que as leis tenham força, para que os atos de governo, hoje, tenham realmente força, eles devem ser o resultado de uma negociação am-

pla na sociedade. Isso não diminui a autoridade, ao contrário, isso dá autoridade e legitimidade porque, ao assinar um decreto, está se fazendo alguma coisa que já foi previamente discutida com a sociedade, motivada pela sociedade e, inversamente, vai motivar mais a sociedade, de tal maneira que as possibilidades de que daí derem condutas, comportamentos, aumentam.

Então, creio que tão importante quanto o fato de nós estarmos aqui — eu podendo, hoje, assinar, aqui, este decreto — é o fato dos senhores estarem participando disso e de que houve no Brasil reuniões — em várias regiões, em cinco ou seis regiões — que houve uma ampla discussão com organizações não-governamentais, com a sociedade em geral, para que nós possamos definir qual é a aspiração que está sendo recolhida nesse diploma legal. Eu acho que isso é o caminho certo, é o caminho muito importante.

Também queria lhes dizer: nós não podemos ter a pretensão de imaginar que, quando aqui em Brasília, o presidente da República, o ministro tomam uma decisão, que essa decisão possa ser implementada se não houver descentralização.

O mundo de hoje não comporta mais uma centralização pseudo-forte. Ele requer uma articulação. Requer descentralização. E requer que essa descentralização não seja entregue ao abandono a decisão que a sociedade deseja,

mas que ela venha acompanhada de uma motivação e de uma fiscalização, aí sim, por parte do poder central.

Mas se não houver articulação com o município, se não houver articulação com os Estados, as leis têm uma vigência relativa, não conseguem realmente se transformar em condutas.

E num país como o nosso, onde há cinco mil municípios, seria uma pretensão vã imaginar que, de Brasília, nós vamos desencadear processos suficientemente fortes para alcançar, na sua capilaridade, as bases da sociedade. Não pode mais ser assim. Tem que haver uma articulação, tem que haver uma descentralização, tem que haver um espírito de compreensão amplo, não só no sentido de que a sociedade participe da elaboração da lei, mas no sentido de que é preciso ter uma articulação a nível administrativo. Essa tem sido a nossa orientação.

Um programa como esse que, obviamente, entra diretamente na preocupação da Comunidade Solidária, na preocupação do Ministério da Previdência e Assistência Social da União, só vai funcionar se essa preocupação não for auto-suficiente, se ela não for ... e pedante de imaginar que fizemos e lavamos as mãos. Não.

Estamos começando a ter um conjunto de regras que foram negociadas e, agora, a implementação, que é o conta, vai depender de uma continuidade do trabalho. Do trabalho de todos, do trabalho dos prefeitos, dos governadores, das organizações não-governamentais, dos que vão criticar, a imprensa — que não necessariamente precisará criticar, mas tem que estar atenta e verificar o que acontece — enfim, vai depender de todo esse processo.

Nós sabemos que, em 1999, as Nações Unidas vão promover o ano internacional da pessoa idosa. Portanto, nós temos algum tempo para, quando nós chegarmos a 1999, podermos fazer algo mais que discurso, podermos chegar lá e dizer: olha, já fizemos tal e tal coisa. E num sentido bem amplo. Num sentido amplo, não apenas de que organizamos o aparelho de Estado, mas num sentido de que as atividades estão correspondendo àquilo que nós desejávamos.

Atividade de esporte para os mais idosos, de universidade para os mais idosos, de trabalho, porque trabalhar é bom. Quem imagina — eu digo, pelo menos, por mim — que velho não quer trabalhar. Eu estou, aqui, velhinho mas quero trabalhar, e mais.

Quer dizer, é preciso que a gente entenda que não se trata pura e simplesmente de nós nos esculpirmos na idade para recebermos da sociedade. Não. Trata-se de criar mecanismos em que, com os incentivos devidos, os idosos participem muito ativamente da sociedade.

É com esse espírito que nós estamos aqui, para simbolizar o fato de que o Brasil tomou conhecimento — como disse o ministro Stephanes — de que, na verdade, nós estamos já na idade madura como nação e que, quem sabe, estejamos lá no limiar das nações que envelhecem. Esse quarto ou quinto lugar é porque a nossa população é muito grande. Então, 32 milhões daqui a algum tempo é muita gente. Não concebo outra razão. Mas como a população é muito grande, nós vamos ter uma população de idosos (...).

Então, na hora necessária, minha última palavra é dizer seguinte: idosos, unamo-nos para conseguirmos o que nós precisamos.

Muito obrigado.